

# PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DESTINADOS ÀS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: INFLUÊNCIAS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS SOBRE A PROFISSIONALIDADE DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Crislainy de Lira Gonçalves<sup>1</sup>

Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida<sup>2</sup>

Maria Angélica da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** Considerando a busca por resultados e elevação dos índices de aprendizado dos alunos das séries iniciais do ensino fundamental, este trabalho se inscreve nas discussões sobre os saberes-fazeres em avaliação, propondo analisar nas práticas avaliativas voltadas à alfabetização e letramento as tentativas de controle que atuam sobre a profissionalidade dos professores.

## Introdução

As práticas de alfabetização e letramento, que segundo autores como Soares (1998) e Gomes; Albuquerque (2010) são práticas distintas, mas inseparáveis, têm sido objeto de atenção das políticas voltadas às séries iniciais do ensino fundamental, uma vez que os altos índices de reprovação são alavancados, dentre outros aspectos, pela dificuldade de leitura e escrita enfrentada pelos alunos, realidade que segundo os dados do INEP (2017) é superior na escola pública. Isto tem motivado a criação de programas e avaliações externas que têm como fulcro não só o desenvolvimento da leitura e da escrita, mas também a elevação dos índices nestas áreas.

Tais tentativas rebatem diretamente no trabalho dos professores, que são interpelados ao desenvolvimento de práticas de ensino-avaliação que contribuam para elevar as estatísticas (OLIVEIRA, 2010). Frente a esta problemática, este trabalho tem por objetivo analisar nas práticas avaliativas voltadas à alfabetização e letramento a influência das avaliações externas sobre a profissionalidade de professores do ensino fundamental.

Para tanto, teve por sujeitos duas professoras de duas escolas públicas do agreste de Pernambuco, sendo uma do 1º e outra do 4º ano. As professoras, nomeadas de modo fictício de Alice e Luiza, possibilitaram-nos compreender as tensões cotidianas que atuam sobre as práticas dos professores, sobretudo em áreas da avaliação que se constituíram objeto central das políticas e interesses de mercado, a exemplo das aprendizagens voltadas à leitura e à escrita.

Para ter acesso aos dados, nos valem de entrevistas e observações sistemáticas das práticas das professoras, sendo os mesmos tratados à luz da do Ciclo de Políticas (BALL, 1991, 2011), que ao tratar do contexto da prática, e neste, o cotidiano, compreende este campo a partir da relação com o contexto de influências e com o contexto de produção do texto. Nesta perspectiva, pensar o cotidiano da sala de aula implica em considerar a complexidade que circunda este espaço-tempo e as práticas que nele são desenvolvidas. Tal abordagem nos auxiliou a compreender as influências nacionais/externas-locais/internas que atuam sobre a profissionalidade dos professores ao gerirem práticas avaliativas no âmbito da alfabetização e do letramento.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: [crislainy67@gmail.com](mailto:crislainy67@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal de Pernambuco, Doutora em Educação. E-mail: [nina.ataide@gmail.com](mailto:nina.ataide@gmail.com).

<sup>3</sup> Professora da Universidade Federal de Alagoas. Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: [angelicasilva.ufpe@gmail.com](mailto:angelicasilva.ufpe@gmail.com).

### **As concepções de avaliação que perpassam as avaliações cotidianas e as avaliações externas: a busca por elevação dos resultados**

Durante o período de observações que realizamos em duas escolas públicas do agreste de Pernambuco, em turmas das séries iniciais do ensino fundamental, visualizamos as tensões que perpassam a construção das práticas avaliativas, sobretudo no que diz respeito à validação dessas práticas através dos registros quantitativos realizados pelos professores. Analisamos assim, que as tentativas de controle que incidiram sobre as práticas nos contextos observados possuíam a finalidade de regulação das notas/resultados finais, sem, necessariamente, ter por prioridade a aprendizagem dos alunos.

Assim, sendo nosso foco neste texto analisar nas práticas avaliativas voltadas à alfabetização e letramento a influência das avaliações externas sobre a profissionalidade de professores do ensino fundamental, destacamos a ação interventiva dos coordenadores, uma vez que este grupo em específico, nos contextos observados, pareceu possuir possibilidades maiores de intervenção não só na elaboração dos instrumentos avaliativos e no desenvolvimento das avaliações, mas sobretudo no trato e manipulação dos resultados sistematizados pelos professores, como pode ser percebido no discurso da professora Alice: “[...] aqui eu tinha colocado que era pré-silábico. - E quem mudou? - A coordenadora. Porque ela olhou e disse que era, aí foi, apagou e colocou” (ALICE, DIÁRIO DE CAMPO, 2016, p. 91).

Como a turma de Alice é o primeiro ano do ensino fundamental, período em que se exige do professor que auxilie de modo eficaz o desenvolvimento da escrita e da leitura, observamos um acompanhamento frequente por parte da coordenação, que realiza reuniões mensais para saber do andamento do trabalho das professoras e para conferir o que elas têm realizado, como também as avaliações que são registradas no caderno de avaliação a cada bimestre. Ao conferir este caderno de avaliações, a coordenadora impugnou a avaliação que a professora Alice havia realizado, alterando a próprio punho o parecer da professora.

Relacionamos esta situação ao fato de que as escolas do município são acompanhadas pela secretaria de educação e avaliadas conforme o desempenho dos alunos, sobretudo das séries iniciais do ensino fundamental, sendo avaliado a eficácia da escola em garantir o desenvolvimento do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) e da leitura, aspectos privilegiados nas políticas educacionais a nível nacional-local, uma vez que os interesses locais se aliam aos nacionais (BALL, 2001).

Assim, observamos que é empregado certo reforço na vigilância das práticas voltadas à avaliação das capacidades de escrita e leitura dos alunos, uma vez que é importante que a escola construa um histórico de práticas exitosas perante à secretaria de educação que seja coerente com os resultados obtidos nas avaliações externas. Resultados estes, que parecem ser maquiados conscientemente pelas escolas e professores, que, tendo não só seus alunos, mas seu próprio trabalho avaliado pelas avaliações externas, buscam mecanismos para alterar os resultados dos testes, a saber:

O ano passado tinha muita professora que mudava as respostas na hora de passar para o gabarito, tanto é que quando saiu o resultado que a minha foi a maior nota, eles foram conferir o que era que tinha de errado. Se eu tinha mudado gabarito [...], mas eu estava com a minha consciência tranquila (ALICE, DIÁRIO DE CAMPO, 2016, p. 90).

Nota-se através do discurso de Alice que, por não reconhecerem a avaliação externa enquanto instrumento justo de análise que contribui para a expor as necessidades dos alunos e professores na intenção de ajuda-los, os professores parecem trata-lo como um aspecto

meramente burocrático, sem finalidades informativas/formativas coerentes com a realidade, devolvendo, inclusive, às avaliações externas aquilo que elas tanto almejam: notas elevadas, embora, não necessariamente os alunos estejam a aprender.

A questão da elevação das notas, ou ao menos preparação para tal em detrimento dos processos de ensino-aprendizagem pareceu perpassar a concepção que norteia as avaliações desenvolvidas nas duas escolas observadas. Neste sentido, observamos nas aulas da professora Luiza uma certa pressão (oriunda por parte da coordenação da escola) para que os alunos se interessassem pela leitura, uma vez, que, os discursos apontavam que as dificuldades nesta área estavam relacionadas à falta de interesse dos alunos, uma vez que a turma da professora é um 4º ano do ensino fundamental.

Tal fato é exemplificado em um momento em que a coordenadora da escola vai até a turma de Luiza e conversa com os alunos: “tem gente pega a avaliação e não ler com atenção, fica agoniado pra responder e responde qualquer jeito. Eu sei que aqui tem gente com sérias dificuldades com a leitura, mas de 31 28 alunos tirarem nota baixa... (DIÁRIO DE CAMPO, 2006, p. 53). Assim, frente a constatação de os alunos não se esforçam o suficiente para ler a questão das provas e, sabendo que isto atrapalharia os alunos e a escola nas avaliações externas, a coordenadora pediu à professora que não realizasse mais a leitura para os alunos, para que eles se acostumassem à dinâmica das provas do SEFE<sup>4</sup>. Sobre esta norma da coordenação, a professora Luiza afirmou:

Não, eu não posso ler nada porque eles têm que ler tudo só. Porque eles já estão no quarto ano, no final do ano, eles têm umas provas externas que são do SEFE, só que nessa prova a gente não lê pra eles. A gente troca, eu vou pra essa sala e a professora de lá vem pra minha. Aí a gente entrega e pronto (LUIZA, DIÁRIO DE CAMPO, 2016, p. 45).

Os discursos das estudantes professoras e a observação dos movimentos de influência e práticas cotidianas por nós observadas evidenciaram que as avaliações externas ocupam um importante espaço e poder de influência sobre as práticas avaliativas, sobretudo quando as avaliações buscam um alinhamento não só entre as concepções avaliativas externas e as concepções que norteiam as avaliações no contexto da prática, mas também entre os resultados que as caracterizam.

Neste contexto, a avaliação parece servir a uma lógica puramente quantitativa e maquiadora da realidade dos níveis de aprendizagem dos alunos no que diz respeito ao desenvolvimento do SEA e da leitura, fazendo com que o fulcro da prática docente se dobre à necessidade de elevação dos índices nas séries do ensino fundamental, descaracterizando o papel da escola e dos professores, que consistem em intervir de modo significativo para que os alunos desenvolvam aprendizagens relacionadas à leitura e à escrita.

No caso da professora Luiza, o último relato aqui apresentado aponta que a preocupação da escola não reside em fazer com que os alunos se desenvolvam de fato, mas em triná-los para que saibam utilizar o instrumento de modo a alcançarem um melhor desempenho. Neste sentido, coadunamos com Penin (2009), que afirma que

Comparando essa questão da forte identificação dos professores com a aprendizagem dos alunos e os precários resultados de rendimento escolar, sobretudo daqueles que frequentam a escola pública, apresentados pelos diferentes sistemas de avaliação atualmente existentes e fartamente

<sup>4</sup> Sistema Educacional Família e Escola – programa adotado pela secretaria de educação do município.

divulgados pela mídia, é possível supor que a sua profissionalidade esteja vivendo momentos de desequilíbrio (p. 27).

Assim, cabe destacar que a necessidade de elevação dos índices tem contribuído não só para esconder a realidade das escolas públicas no que concerne à aprendizagem na área da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental, mas também para por em cheque a qualidade do trabalho dos próprios professores, uma vez que estes localizam-se em meio a uma dualidade: tornar os processos avaliativos externos mais transparentes, deixando que se exponha as dificuldades de seus alunos e, por conseguinte (segundo a lógica que embasa as avaliações externas na atualidade), atestando sua própria incapacidade em ensiná-los; ou maquiagem o nível de aprendizagem dos alunos, sabendo que continuarão a trabalhar em uma realidade totalmente oposta aos índices atestados pelo município, porém, tendo evidenciado a eficácia de suas práticas perante o sucesso dos alunos.

Em uma outra opção, a lógica que está subjacente às políticas e avaliações externas, para além de interpelar os professores e a escola a manipularem a realidade, ela mesma o faz através de suas bases padronizadas, ao desconsiderar as especificidades das escolas e seus contextos, fazendo com que os números estandardizados retratem uma realidade almejada, porém, ausente dos cotidianos escolares.

### **Considerações finais**

Este trabalho objetivou analisar nas práticas avaliativas voltadas à alfabetização e letramento a influência das avaliações externas sobre a profissionalidade de professores do ensino fundamental. Nossas análises versaram sobre o cotidiano em seus embates entre os contextos de influência global/externos-local-internos e as posições discursivas ocupadas por gestores e coordenadores, apontando para as tensões entre as concepções de ensino-aprendizagem-avaliação voltadas às práticas de alfabetização e letramento.

Assim, as análises apontaram que, em relação às avaliações voltadas ao desenvolvimento dos alunos nas áreas de alfabetização e letramento, há maiores tentativas de controle, uma vez que os processos de avaliação desenvolvidos pelos professores se tornam contestáveis à medida que não se adequam ao padrão de resultados esperados para que as escolas ocupem uma posição de destaque nas avaliações do município. Por outro lado, os dados também apontaram que esta necessidade de alinhamento entre as avaliações cotidianas e a metodologia das avaliações externas preza pela elevação dos índices em detrimento dos processos de ensino-aprendizagem.

Deste modo, analisamos que os contextos de influência que perpassam as avaliações recorrem a tentativas de controle das práticas e dos resultados, o que aponta para desafios à profissionalidade dos professores e ao processo de profissionalização (OLIVEIRA, 2010). Concluímos que embora haja tentativas de controle que são mais recorrentes nas avaliações voltadas à alfabetização e letramento, os professores, mesmo em meio a estas tentativas jogam com a arte do fraco (CERTEAU, 2015), fazendo concessões em alguns momentos e utilizando táticas em outros, instituindo-se frente às disputas cotidianas enquanto agentes de influências, pautados em seus saberes-fazeres profissionais.

### **Referências**

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

BRASIL. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo escolar da educação básica 2016: notas estatísticas*. Brasília 2017.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MORAIS, Artur Gomes; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia. Alfabetização e Letramento: o que são? Como se relacionam? Como “alfabetizar letrando”. In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia; LEAL, Telma Ferraz (Org.). *A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

OLIVEIRA, D. A. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. especial 1, p. 17-35, 2010. Editora UFPR.

ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

PENIN, Sonia; MARTÍNEZ, Miguel. *Profissão docente: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2009.

ROLDÃO, Maria do Céu Neves. *Profissionalidade docente em análise: especificidades do ensino superior e não superior*. Nuances: estudos sobre educação – ano XI, v. 12, n. 13, jan./dez. 2005.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.